



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XXIII - N.º 127

SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1968

BRASILIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 133.ª SESSÃO EM 1.º DE AGOSTO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E VICTORINO FREIRE

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Alvaro Mala — Pedro Carneiro — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Menezes Pimentel — Duarte Filho — Pereira Diniz — Argemiro de Figueiredo — Eduardo Catalão — Paulo Tórres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Armando Storni — Pedro Ludovico — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. O Sr. 2.º-Secretário irá proceder à leitura da Ata da sessão do dia 30 de junho do corrente, referente à última sessão do primeiro período da presente sessão legislativa.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

N.º 251, DE 1968 (DF)

(N.º 471/68, na origem)

Excelentíssimos senhores membros do Senado Federal.

Na forma do artigo 45, inciso III, combinado com o artigo 17, parágrafo

1.º, da Constituição, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos do Senhor Prefeito do Distrito Federal, a Proposta Orçamentária da Prefeitura do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969.

Brasília, em 31 de julho de 1968.
— A. Costa e Silva.

A PROPOSTA ORÇAMENTARIA LIDA NO EXPEDIENTE SERÁ PUBLICADA EM SUPLEMENTO A ESTE DIÁRIO.

MENSAGEM

N.º 252, DE 1968

(N.º 472/68, na origem)

Referente a escolha de nome indicado para cargo, cujo provimento depende de prévia autorização do Senado, como segue:

Excelentíssimos senhores membros do Senado Federal:

Tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Senhor Auro Soares de Moura Andrade para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Espanha, de acordo com a exposição de motivos anexa do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Os méritos do Senhor Auro Soares de Moura Andrade induziram-me a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função.

Brasília, em 31 de julho de 1968.
— A. Costa e Silva.

Em 22 de julho de 1968.

DP/DA/G/130/921.1(42)(84)

A Sua Excelência o Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República.
Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem relativa à indicação do Senador Auro Soares de Moura Andrade para o exercício da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Espanha.

2. Esta designação será feita tendo em vista o art. 38, § 2.º, da Constituição e o estabelecido na Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, nos seus artigos 22 e 23 e parágrafo 1.º desse mesmo artigo.

3. Parece-me dispensável realçar os méritos pessoais do Senhor Auro Soares de Moura Andrade, cuja folha de serviços bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

4. O Itamarati elaborou o curriculum vitae do Senhor Auro Soares de Moura Andrade, o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

(a.) José de Magalhães Pinto

"CURRICULUM VITAE"

O Senador Auro Soares de Moura Andrade nasceu em Barretos, Estado

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENESES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NÉLSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00

Ano NCr\$ 40,00

Número avulso

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00

Ano NCr\$ 80,00

NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

de São Paulo, a 19 de setembro de 1915.

Filho do Senhor Antonio Joaquim de Moura Andrade e D. Gulomar Soares de Andrade.

Cursou o Liceu Franco-Brasileiro, o Liceu Nacional Rio Branco, o Instituto Caetano de Campos e a Faculdade de Direito de São Paulo.

Enquanto universitário, foi orador Oficial do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Redator-Chefe do jornal *Democrata* (fechado em 1937).

Redator-Chefe do jornal *A Urna* (fechado em 1937).

Redator-Chefe do jornal *Fôlha Do-brada* (fechado em 1938).

Redator da revista *Alvares de Azevedo*.

O provimento desses cargos era feito através de eleições acadêmicas gerais.

Formado em Psicologia, Lógica e Pedagogia pelo Instituto Caetano de Campos.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1938).

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de São Paulo (1955).

Assessor Jurídico e Consultor Econômico da Presidência da Mobilização e Coordenação Econômica (1942-43).

Diretor da Associação Comercial de São Paulo (1944-46).

Diretor-Superintendente da revista especializada em assuntos econômicos, *Digesto Econômico*, publicada sob os auspícios da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (1946-48).

Diretor-Conselheiro e Presidente interino da Comissão-Geral de Preços, órgão da Coordenação e Mobilização Econômica em São Paulo (1943-1944).

Membro de Honra da Faculdade de Filosofia *Mater Verbi*, São Paulo.

Membro do Comitê de Honra do Patronato Assistencial Imigrantes Italianos.

Membro de Honra da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Membro de Honra e Grande Benfeitor da Cruzada Pró-Infância, São Paulo.

Assessor Jurídico e Consultor Técnico da Comissão de Estudos, Organização e Desenvolvimento da Lavoura Paulista, junto à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (1941).

Exerceu a advocacia nos foros da Capital e do Interior, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Tribunal de Segurança Nacional e no Supremo Tribunal Federal, até 1959, quando assumiu a Liderança da Maioria, no Senado Federal.

Deputado à Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo (1946-1947).

Deputado à Assembléia Legislativa (1947-1950).

Presidente da Comissão de Leis Complementares à Constituição; Membro da Comissão de Constituição e Justiça; Presidente da Comissão Especial de Defesa da Lavoura e Membro da Comissão de Finanças (Assembléia Legislativa).

Eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo em 1950, com mandato até 1954.

Membro da Comissão de Tratados e Diplomacia e Membro da Comissão de Finanças na Câmara dos Deputados.

Eleito Senador pelo mesmo Estado em 1954, com mandato até 31 de janeiro de 1963.

Membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Membro da Comissão de Finanças.

Membro da Comissão de Relações Exteriores.

Membro da Comissão Mista do Congresso Nacional de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Vice-Líder da Maioria (1958-1959).

Líder da Maioria (1959-1960).

Vice-Presidente do Senado Federal (10-3 a 25-8-1961).

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional (a partir de 25-8-1961).

Reeleito Presidente do Senado Federal nos anos de 1962, 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967.

Presidente do Congresso Nacional (1961-1967) no período em que exerceu a Presidência do Senado Federal.

Diploma de Mérito Campeão da Democracia, 1963, da Ordem B'NAI B'RITH-HIALIK, no 15.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Reeleito Senador pelo Estado de São Paulo em 1962, com mandato até 1971.

Fundador da Revista de Informação Legislativa.

Instituiu a Hora do Congresso no programa da Agência Nacional, "A Voz do Brasil" (1963).

Delegado do Brasil à V Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, em Santiago, Chile, 1959.

Autor, com o então Ministro Horácio Láferre, o então Deputado Santiago Dantas, da "Declaração de Santiago" (1959), aprovada unanimemente pelos Estados Americanos naquela reunião de Chanceleres.

Delegado do Brasil à V Conferência sobre Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) em Roma, 1959.

Enviado especial à Hungria, como Observador Parlamentar, para observações extragovernamentais subsidiárias, visando ao restabelecimento das relações diplomáticas (1956).

Chefe da Delegação do Senado Federal ao Vaticano, a convite de S.S. o Papa João XXIII.

Enviado Especial do Senado Federal a Washington para representá-lo nos funerais do Presidente John F. Kennedy.

Membro do Parlamento Latino-Americano.

Presidente de Honra da Associação Interamericana de Imprensa.

É detentor de condecorações nacionais e estrangeiras, destacando-se:

Estrangeiras

Grã-cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha;

Grã-cruz da Ordem do Mérito da República da Itália;

Grã-cruz da Ordem do Mérito da República Socialista da Iugoslávia;

Grã-cruz da Ordem do Mérito Imperial do Irã;

Grã-cruz da Ordem do Mérito da Coroa, Luxemburgo;

Grã-cruz da Ordem do Mérito Imperial do Sol Nascente, Japão;

Grã-cruz da Ordem Soberana Militar de Malta;

Grã-cruz da Ordem do Mérito Real, Bélgica;

Grã-cruz da Ordem do Mérito Infante D. Henrique, Portugal;

GRANDE OFICIAL da Ordem do Mérito Bernardo O'Higgins, da República do Chile;

GRANDE OFICIAL da Ordem Nacional do Mérito, Senegal;

MEDALHA da Organização dos Estados Americanos (OEA);

MEDALHA DE HONRA do Senado da República Italiana;

MEDALHA DE HONRA da Câmara dos Deputados da República Italiana;

INSÍGNIA DE HONRA da Câmara dos Conselheiros do Japão;

MEDALHA do Pontífice Máximo João XXIII;

MEDALHA Liberté—Egalité—Fraternité, do Senado da República Francesa;

MEDALHA DE HONRA do Governo Metropolitano e Provincial de Tóquio;

MEDALHA DE HONRA do Governo Comunal de Kioto, Japão;

Nacionais

Grã-cruz da Ordem de Rio Branco;

Grã-Cruz da ordem do Mérito Militar;

GRANDE OFICIAL do Mérito Naval;

GRANDE OFICIAL do Mérito Aeronáutico;

CRUZ DE DISTINÇÃO da Cruz Vermelha Brasileira;

MEDALHA da Revolução Constitucionalista (1932);

MEDALHA DE ALTO MÉRITO cívico e cultural Hipólito José da Costa;

MEDALHA DE MÉRITO Couto de Magalhães;

DISTINÇÃO DE HONRA, da Comissão de Energia Nuclear;

DISTINÇÃO DE HONRA, do Instituto de Energia Atômica;

DISTINÇÃO DE HONRA, do Instituto de Pesquisas Radioativas;

DISTINÇÃO DE HONRA, do Instituto de Energia Nuclear, concedida ao Senador Auro Soares de Moura Andrade pela sua atuação no esta-

belecimento da política nuclear do Brasil;

MEDALHA DE MÉRITO Santos Dumont;

MEDALHA DE MÉRITO Tamandaré.

O Senador Auro Soares de Moura Andrade é casado com D. Beatriz Stella Prado de Moura Andrade, advogada, e tem três filhos:

1. — Auro Aluisio Prado de Moura Andrade, casado com D. Vera Lúcia Fontoura de Moura Andrade;
2. — Beatriz Helena Prado de Moura Andrade, com 11 anos de idade;
3. — Antonio Joaquim de Moura Andrade Neto, com 9 anos de idade.

O Senador Auro Soares de Moura Andrade é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Espanha.

Secretaria de Estado, em de 1968. — Walter Wehrs, Chefe substituto da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Ao declarar instalados os trabalhos do segundo período da 2.^a Sessão Legislativa da 6.^a Legislatura, acentuo ainda uma vez que o Congresso representa a Nação íntegra e não a Nação dividida. É verdadeiramente o conjunto da Nação na expressão de suas forças coletivas. Por tudo isso, acima das divisões políticas, das diferenças ideológicas e mesmo das divergências pessoais, não podemos esquecer que temos problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que, num regime democrático, podem separar os homens e os Partidos. Os problemas do povo, de seu bem-estar e de sua felicidade, os de desenvolvimento integral da Nação não podem ser objeto apenas das cogitações dos Poderes Públicos, mas sim do concurso de todos os cidadãos e devem contar com a contribuição ativa de todas as forças econômicas e de todas as correntes políticas nacionais.

Com a cooperação da imprensa, cuja análise e crítica de nossos atos e decisões sempre consideramos como formas fundamentais de colaboração, porque entendemos que, ainda quando apaixonada, útil e valiosa é a crítica, porque leva os homens de espírito reto e consciência limpa à revisão das atitudes, ao reexame das decisões e a um ainda maior zelo pelos negócios públicos, mesmo porque, sem liberdade de imprensa não há liberdade política e sem o direito de criticar os Poderes Públicos não existe democracia. Saberemos pautar a nossa atuação, no sentido da estrita fidelidade aos nossos mandatos, representando de fato a Nação, como depositários da vontade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu do Sr. Deputado Ernani do Amaral Peixoto o seguinte telegrama:

(Lê)

"Senador Gilberto Marinho — Presidente do Senado Federal — Brasília, DF.

Em meu nome e no de todos os membros da família de Dona Darcy Vargas, agradeço as expressões com que V. Ex.^a nos comunica a resolução do Senado Federal associando-se à dor que nos causou a sua perda. Peço, Senhor Presidente, que esse agradecimento seja transmitido aos ilustres pares de V. Ex.^a, principalmente aos que usaram da palavra a ela se referindo em termos tão carinhosos — Ernani do Amaral Peixoto."

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes requerimentos de informações:

N.^o 800/68, de autoria do Senador Adalberto Sena, enviada pela Prefeitura do Distrito Federal (Aviso n.^o 991/68);

N.^o 803/68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pela Prefeitura do Distrito Federal (Aviso n.^o 990/68);

N.^o 360/68, de autoria do Senador José Ermirio, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso número 407.303/68-SGMF-GB Número 313/68);

N.^o 401/68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso n.^o 407.305/68-SGMF-GB N.^o 308/68);

N.^o 683/68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso 409.867-SGMF-GB N.^o 312/68);

N.^o 692/68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso SC-409.870/68-SGMF-GB número 307/68);

N.^o 782/67, de autoria do Senador Desiré Guarani, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso n.^o 420.567/67-SGMF-GB n.^o 311/68).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento de informações, de autoria do nobre Senador Pereira Diniz, que será lido pelo Sr. 1.^o-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.^o 904, DE 1968

Sr. Presidente:

Na forma do Regimento do Senado, requeiro ao Ministro da Justiça que informe o seguinte:

- a) se já estão sendo tomadas as providências necessárias, de acordo com a Constituição, para a abertura de concurso no sentido do preenchimento dos vários cargos vagos de Procurador da República de 3.^a Categoria;
- b) se, igualmente, já estão sendo encaminhadas ao Congresso Nacional as medidas convenientes, através de projeto de lei, estabelecendo-se a relatividade de vencimentos entre os membros do Ministério Público e os Desembargadores, nos termos do art. 139, parágrafo único, da Constituição da República.

Justificação

Não é justo que continuem vagos os inúmeros cargos de Procurador da República de 3.^a categoria, à falta de abertura de concurso determinado pela Constituição.

Muitos desses cargos estão ocupados, precariamente, por Procuradores

autárquicos requisitados, o que constituiu uma situação irregular.

Por outro lado, muitos advogados, competentes e capazes, aguardam essa providência necessária e inadiável, a fim de integrarem o Ministério Público Federal, com o melhor rendimento para os interesses da União.

Urge, pois, uma solução para o caso, mediante a determinação do concurso que a Lei Magna estabelece.

Não pode, também, continuar a situação de miséria em que se debatem os membros do Ministério Público, no que tange à questão dos vencimentos.

Que pelo menos se aplique a Constituição na parte em que procura minorar as dificuldades monetárias em que se encontram os nobres representantes da Fazenda Nacional em juízo.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1968. — **Pereira Diniz.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — O requerimento lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no propósito reconhecido de falar sempre o menos possível, sou obrigado, pelo noticiário da imprensa, que aborda sempre assuntos atualíssimos, a vir à tribuna para comentar, no Parlamento deste País, aqueles assuntos importantíssimos que são levados ao conhecimento da Nação brasileira e que, necessariamente, provocam o pronunciamento do Congresso Nacional.

A imprensa, a grande imprensa brasileira revela o pensamento do Sr. Presidente da República sobre a eleição do seu sucessor, e a Nação brasileira tomou conhecimento de que S. Ex.^a, o Marechal Costa e Silva, sempre pensou em transmitir o cargo que exerce, de Primeiro Mandatário da Nação brasileira, ao seu sucessor escolhido pelo povo através do voto secreto e direto.

Lido o noticiário da imprensa que, em letra de fôrma, pela importância

do assunto, registra o pensamento do Marechal Costa e Silva:

(Lê)

"Os Governadores Paulo Pimentel, Negrão de Lima e Israel Pinheiro ficaram de queixo caído, sexta-feira, em Brasília, quando, numa conversa franca, o Marechal Costa e Silva desabafou: "Minha intenção sempre foi passar o Governo a um sucessor eleito em pleito direto."

No mesmo jornal — o *Diário de Notícias* — há comentário que não podemos deixar de revelar:

(Lendo)

"Para os totalmente descrentes em eleições diretas para a Presidência da República, em 1970: os Governadores Paulo Pimentel, Negrão de Lima e Israel Pinheiro ficaram de queixo caído, sexta-feira passada, em Brasília, quando, numa conversa franca, o Presidente Costa e Silva desabafou: "Minha intenção sempre foi passar o Governo a um sucessor eleito em pleito direto."

E aí vem a nota que revela o pensamento do Presidente da República. (Lê)

"O Presidente disse isso lastimando-se da atitude de muitos opositores ao seu Governo, os quais excitam os partidários da situação que querem o endurecimento do regime e, assim, criam obstáculos para que, até 1970, ele tenha condições políticas amplas de garantia social para promover o retorno do pleito direto."

É a primeira vez, neste período revolucionário, que o Presidente da República se manifesta desta maneira.

O que acontece é que quando esta Constituição, a de 1967, foi elaborada, lutou-se muito para que a escolha do Presidente da República fosse realizada pelo povo, através do seu voto, em eleições livres, abertas. E se houve qualquer erro da Oposição foi o de ter defendido a mesma tese que atualmente o Sr. Presidente da República espousa e defende.

Dizíamos nós, àquele tempo, que anulando-se o pleito direto para a escolha do Chefe da Nação estar-se-ia criando, como se criou, um conflito de

natureza imprevisível entre povo de um lado e detentores do poder do outro lado; e que se houvesse habilidade, compreensão da sistemática política brasileira, os autores do movimento armado que eclodiu em 31 de março, ou 1.º de abril de 1964, avançariam, não recuariam, dando ao povo aquilo que dele haviam tirado, isto é, o direito de escolher livremente, através do seu voto, o primeiro mandatário da Nação.

Não é a Oposição, portanto, que está impedindo a volta das eleições diretas para a escolha do Presidente da República. O conflito existente e que vem impedindo a reforma da atual Constituição, de tal modo que se permita, pelo voto direto, a escolha do futuro Presidente da República, o empecilho não é causado pela Oposição. Se a notícia for verdadeira, como esperamos, porque são apresentados três Governadores como testemunhas do pensamento expresso pelo Sr. Presidente da República, nós, da Oposição, daremos ao Sr. Presidente da República todo apoio na iniciativa que S. Ex.^a tomar para devolver ao povo o direito de escolher o seu sucessor. Porque a nossa conduta é conhecida do País: apoiar as boas iniciativas e combater as más, as nocivas, as que contrariam os interesses nacionais, os interesses do povo brasileiro.

Desejamos, mesmo, que essas declarações sejam confirmadas, mas, repetimos, quem impede que o Presidente da República tome a iniciativa, através da ARENA, particularmente, de reformar a Constituição naquele capítulo que estabelece, para a escolha do Presidente da República, a eleição pelos Congressistas? Que impede? Deduzimos, às claras, em virtude dos pronunciamentos da Oposição, que o impedimento é forte e aqueles que impedem a reforma constitucional estão na área do Governo.

Quais as forças ocultas poderosas, embora não apareçam, que estão impedindo a execução de uma política eleitoral que iria sensibilizar o povo pela devolução de um grande direito que lhe foi tirado, que lhe foi violentamente extorquido? Enquanto isto, confinam-se políticos e, como dizíamos ontem, um confinamento inócuo, sem nenhum sentido prático, que eliminando, que evitando a presença fi-

sica de um cidadão num Município de outro Estado, transferindo-o para outro Município, não elimina o seu direito de se comunicar com o povo.

É uma medida tão inócua que, se não fôsse a gravidade do momento, não pela medida posta em execução, seria irrisória.

E a impressão que se tem é de que o mundo gargalha diante de atitudes desta natureza.

E se não existe aquela agitação que muitos preconizavam, inclusive o confinado, creio que é porque o povo brasileiro, que tem grande sensibilidade política, compreendeu que o confinamento nada evitou.

É como um ato das velhas professoras do estilo de ensino da sua época: vamos castigar o aluno rebelde! E o aluno rebelde sorria, porque o castigo não eliminava o seu direito à rebeldia; pelo contrário — eram tão inócuos os métodos usados àquele tempo que o rebelde se tornava mais rebelde ainda, e o resto da classe e os seus companheiros sorriam, às claras ou à socapa, da atitude dos velhos professores que, já àquele tempo, estavam desatualizados.

O próprio Sr. Jânio Quadros, comentando a sentença condenatória do Governo Revolucionário, aceitou exatamente o fato de que ele não está impedido de falar. Se lhe tirarem o direito de se comunicar com os jornalistas, ele falará aos parlamentares; e se impedirem que os parlamentares cheguem a um entendimento com ele, ele enviará D. Eloá para representá-lo nos comícios e dar entrevistas em seu nome.

O que é interessante é que quem cutucou o demônio com vara curta não foi o Sr. Jânio Quadros. Neste espetáculo, quem usou da vara curta foi o Governo. Precisaria de uma vara muito maior, inclusive quando elementos de prol da sua área confessam, como o Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho, em São Paulo, segundo os jornais, que o Governo tirou do ostracismo a figura do ex-Presidente Jânio Quadros, que está tão confinado, embora revoltado com a medida, que à sua maneira até se diverte, quando aceita uma cátedra que lhe foi oferecida para que ele

lecionasse durante aqueles quatro meses em Corumbá, não sei se terra do seu nascimento, mas onde se encontra cercado de simpatias generalizadas, conforme os jornais revelam e, ontem, o Senador Bezerra Neto, cujas palavras foram destacadas, com justiça, pelos jornais e jornalistas que estão, sempre, presentes, noticiando tudo aquilo que é proclamado no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, até mesmo está falando o ex-Presidente com certa verve, quando diz:

"Comentando, o ex-Presidente da República afirmou ter sabido, por intermédio de amigos, que os cassetes usados não pertenciam nem ao Exército nem à Polícia. Tinham a inscrição "Aliança para o Progresso". E ressaltou: nesse aspecto, a Aliança para o Progresso serve para alguma coisa."

Como que a dizer, o ato não partiu de dentro para dentro — partiu de fora. Foi a Aliança para o Progresso quem o confinou e quem usou cassetes para ferir o povo, os estudantes.

E ele continua:

"Minha presença aqui é um atestado de minha decisão de contestar sempre as arbitrariedades do Governo. Essa proibição do Comandante, evitando que eu fale à imprensa, só aumenta a área de conflito entre as Forças Armadas e a imprensa nacional e estrangeira."

Como ele é lúcido, como está lúcido!

"Além disso, tal medida é inócua, por quê? Porque receberei a visita de parlamentares que falarão por mim."

Não é o que dizíamos ontem desta tribuna, analisando o ato do Governo que projetou, neste instante, uma das figuras mais discutidas — concordemos com ele ou não, com sua política passada ou presente ou não — uma das figuras mais discutidas no Brasil e, em alguma época, no mundo?

"Serão meus advogados (os parlamentares) e relatarão todos os acontecimentos. Seria preciso

proibir a visita e o acesso dos parlamentares, para emudecer-me."

Ele está no pressuposto, senão na certeza, de que, quando um Parlamentar fala, a sua voz deve ser transmitida. Isto é do sistema democrático de Governo. E se isto não acontecesse, ainda sobraria Dona Eloá Quadros, que tem seus direitos políticos garantidos.

O ex-Presidente confirma que se o General-Comandante da II Brigada Mista mantiver sua decisão, chegaremos a uma situação radical, como, por exemplo, a sua prisão. Mesmo assim, diz ele, os Congressistas relatariam os fatos ao povo brasileiro. Os jornais estão aí publicando, no seu direito de informar. E quem condena o jornal quando informa bem, quando transmite para o povo aquilo que se passa no Congresso? Qual o louco que assim procederia, condenando a imprensa, condenando os jornalistas, os repórteres pagos para isto, quando a sua vocação — porque é uma vocação a de jornalista, de repórter — é aproveitada? Quem pode condenar, principalmente, aqueles que são tão vocacionados que, muitas vezes, funcionários de uma Casa legislativa ganham do povo para trabalhar, como, ao certo, estão trabalhando, dedicadamente nas Casas do Congresso Nacional às quais servem, tirando, daquele tempo que seria para seu cansaço, uma parte; sacrificando-se para que sua vocação não seja tolhida; noticiando, informando sem ódio, sem paixão, sem discriminação, no cumprimento do dever de informar até sobre personalidades com as quais eles não simpatizam.

Quem condena jornalistas que assim procedem? Só loucos. Mas os jornalistas que assim não procedem jornalistas seriam? Repórteres que assim não procedessem, não informassem bem, não transmitissem bem seriam, realmente, dignos do nome de repórteres? Eu fui repórter e não distinguia a cor daqueles que se pronunciavam. O Deputado é o Deputado; o que me interessa é o que ele diz, não é ele.

Sr. Presidente, logo, está a imprensa transmitindo para o povo as

palavras do ex-Presidente, confinado lá no seu Estado natal, revendo seus amigos, recebendo os abraços do seu povo, e comentando quer queiram, quer não queiram, em todo o Brasil. Sou dos que mais podem falar sobre este assunto porque todo o Brasil sabe que eu nunca fui partidário do ex-Presidente da República. Também aqueles que foram partidários de S. Ex.^a nem por isso deixam de ser independentes, na defesa da pessoa do seu amigo, do seu correligionário, protestando contra uma violência até desnecessária, — não há violência necessária — uma violência absolutamente dispensável, que não tem sentido.

(Lê)

"Pelo que os três Governadores" — tomando o fio do inicial — "ouviram em Brasília, vontade não falta a Costa e Silva para promover o retorno ao sistema de eleições diretas.

As condições políticas e sociais, conturbadas pela incompreensão de muitos quanto aos seus desejos, é que estão tornando pouco factíveis as suas intenções, levando-o a ter que reiterar, com frequência, o propósito de não tocar na Constituição e permitir a "abertura" reclamada pela oposição."

Então, volta-se à tese que rejeitamos.

Não aceitamos a insinuação e declaração de que a Oposição é que está impedindo que a ARENA, melhor dizer, que o Governo, através da ARENA, reforme a Constituição, para permitir a eleição direta do Presidente da República.

Nunca — repito — um Governo teria tanto apoio para medida deste porte e de grandeza para a devolução ao povo do direito de escolher o Presidente da República, como este Governo que aí se encontra.

Prove aos políticos deste País e ter-se-á uma grande surpresa. Promova a reforma da Constituição e quantos de nós votariam contra a restauração do poder do povo, de escolher o seu mandatário?

Sr. Presidente, terminaremos nossas observações que são restritas,

curtas; peço desculpas por ser tão breve.

Lerei um artigo, também curto, que focaliza, precisamente, o ambiente nacional, publicado no "Diário de Notícias":

"Acentua-se a agitação universitária, com novas passeatas e discretas repressões policiais." Agitação que é universal. Vide o México.

"Há 10 anos que sua taxa de crescimento econômico oscila em volta de 7% ao ano, o que o coloca, junto com o Japão, na vanguarda dos países não-comunistas. Pouco ou nada de inflação, uma elevação anual do custo de vida que não ultrapassa 2,5%, nenhum golpe de estado em 35 anos — tais são algumas das peculiaridades desse país de 45 milhões de habitantes e com uma extensão quase quatro vezes a da França."

E a mocidade está em rebelião franca, pode ter pão, pode ter terra, mas não tem liberdade. O regime mexicano é o do partido institucional revolucionário que domina a vida política daquele país, há muitos anos.

Há uma aparência de democracia, mas democracia ali não existe, no sentido que se queira dar à palavra na sua largueza, na sua estrutura, na sua grandeza. E com a taxa de crescimento que o coloca ao lado do Japão, em primeiro plano, com o aumento do custo de vida, dos mais baixos do mundo.

A mocidade está nas ruas contra a violência policial, contra governantes arbitrários, pedindo o que ela — a mocidade consciente — pede, em todos os quadrantes da terra. E ela — a mocidade — não pergunta, no seu desejo de liberdade democrática, qual o regime do país onde ela — a mocidade — vive. Ela protesta, a seu modo, como pode.

"Mas, numa cidade de cinco milhões de habitantes, 500 pessoas, andando na contra-mão, provocam o enervamento de centenas de milhares. O pequeno episódio torna-se grande, pelas consequências na vida de muitos. Espera-se algo de mais grave para

o início das aulas, a 1.º de agosto. Mas não será surpresa se isso ocorrer antes para apanhar as autoridades desprevenidas. Por outro lado, a Revolução é desafiada pelo ex-Presidente Jânio Quadros, com uma entrevista que merece análise e meditação."

Merece mesmo análise e meditação. Poderíamos até mesmo discordar de alguns de seus pontos.

"Como sempre, trata-se da boa interpretação feita pelos homens errados. Tudo indica que nada acontecerá ao homem da renúncia, que multiplica sua ação política, em São Paulo, ostensivamente agressiva, desafiante e impune. Será que os Ministros do Marechal Costa e Silva pensam em fazer média eleitoral com Jânio? Não se entende como possa o ex-Presidente agredir o Governo e as Forças Armadas e que nada aconteça, a não ser desmentidos oficiais de que não será punido. A velha e tradicional liderança da Igreja, presente nos momentos decisivos, parece claudicar e desaparecer. Os Bispos, liderados por Dom Hélder, já fizeram escola, e seus discípulos estão revolucionando o interior paulista. O exemplo de Botucatu é bem evidente para se ter idéia do que vai ocorrer, revoltando a maioria dos católicos que começa a fugir dos templos. Agora, com o manifesto dos Bispos em sentido contrário, a situação mais se agrava, pois os fiéis não sabem o que fazer e o que pensar dessa pública cisão da Igreja. Com o Governo claudicante, com as ofensivas dos agitadores, com a divisão dos católicos, com a inexistência dos Partidos políticos, pois a ARENA e o M.D.B. não funcionam como corrente partidária, o País começa a perder o rumo, e está sem liderança. As consequências disso, na economia nacional, não se farão esperar, e, então, a crise será mais séria. Aguardemos."

Eu não estou dizendo que concordo com todos os conceitos do jornalista que opinou, e cuja opinião mereceu destaque no Diário de Notícias. Mas,

a conclusão é uma só. É a tal pausa para meditação, que Tagore tanto defendeu.

Os homens públicos deste País, os seus dirigentes em particular, devem meditar, profundamente, sobre a situação nacional e internacional para uma tomada de posição, para prática de atos como aquele que está revolvendo a Nação Brasileira.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — De todo o seu discurso, como das observações da Imprensa que V. Ex.^a leu, impõe-se uma conclusão natural: é a de que o Governo brasileiro, como todo governo de ditadura, esquece que a força pode subjugar, por um instante, a inteligência, mas não consegue, jamais, vencê-la. Se mais não se quiser invocar, basta citar o próprio fato objeto de boa parte de seu discurso: o relativo à providência arbitrária de fixação de residência do ex-Presidente Jânio Quadros. Que consegue o Governo senão revelar sua exata fisionomia de poder arbitrário? Que extrai da medida senão a confissão de que não há, em verdade, regime no País? Que resulta de tudo isso senão a prova, perante o povo, de que vivemos uma simulação — a da existência formal de uma Constituição, com a prática real do poder discricionário? Somente isso resulta do arbitrio do Governo. E, assim, o Governo prestou, na verdade, um grande serviço à Oposição porque confirmou as suas teses, e ao Sr. Jânio Quadros, porque lhe deu a possibilidade de retomar o contato direto com a opinião do País e de falar-lhe em circunstâncias excepcionais, que não teria, no momento, senão por um erro grosseiro como o que o Governo cometeu.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É como que um sistema que relega, para segundo plano, até princípios de uma Constituição que os seus autores impuseram ao povo brasileiro.

Se se dissesse que o Governo enfrentava uma Constituição imposta pela Oposição que teria sido, quando da sua votação, a maioria, para argu-

mentar-se por absurdo, admitir-se-ia. Mas a Constituição que está sendo desrespeitada, que é considerada como intocável pela revolução, foi votada pela maioria governista, numa luta tremenda até certo estágio dos debates mantidos pela Oposição para lhe dar caráter democrático e, até mesmo, o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais foi fruto do entendimento do Presidente da ARENA e Líder do Governo que, enfrentando uma situação de fato, não trepidou em manifestar o seu pensamento que se traduziu no artigo que aí se encontra.

Sr. Presidente, ontem falou a Câmara não somente sobre o confinamento do Sr. Jânio Quadros, mas sobre um outro confinamento que tirou o pão de algumas famílias, cujos chefes com seus direitos políticos cassados, mantinham-se nas suas cátedras, lecionando para conquistarem o pão de cada dia.

Louvamos a imprensa quando ressaltou o pronunciamento da Câmara, protestando contra o ato do Governo. O Senado também protestou contra o ato do Governo que demitiu os professores gaúchos Temperani Pereira, Cibilis da Rocha Vianha e Aladil Ruys de Lemos.

Para nós, o ato é tão sério, tão grave, tão insubsistente e tão inconsequente, como aquele que confinou o ex-Presidente da República, não para os confins de Mato Grosso, mas para a cidade de Corumbá, cidade civilizada.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Os atos recentes do Governo, quer o de determinação de domicílio coacto ao Sr. Jânio Quadros, quer o de demissão dos três servidores federais no Rio Grande do Sul, a par da arbitrariedade de que se revestem — e é manifesta — têm, entretanto, uma virtude que precisa ser assinalada: provam que a Constituição de 1967 não vale mesmo nada, nem para o próprio Governo que a impôs ao País.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. É a grande contradição. É

imposta ao povo brasileiro uma Constituição por um Governo que a desrespeita e a anula. É a incoerência, a incongruência, o paradoxo vivo.

Mas, Sr. Presidente, qual o poder que está impondo ao Presidente da República esta política, se verdadeiras as suas afirmações, que os jornais transmitem para conhecimento do povo brasileiro?

Sr. Presidente, como vê toda a Casa, mais uma vez prestamos a nossa homenagem à imprensa que, segundo se diz, querem que seja amordaçada. Eu que defendo uma imprensa livre, tão livre que não faça discriminação, tão democrática como esta que, no momento difícil que todos reconhecem, da vida nacional — todos, quero dizer clero, povo e o próprio Governo — transmite notícias, que nos força, pela sua importância, a comentá-las da tribuna do Congresso Nacional, sem cuja tribuna pode haver tudo, menos democracia num país.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Tanto é certo o que V. Ex.^a acaba de afirmar que os políticos não incidem no erro a que está pretendendo nos conduzir o Governo. A nenhum de nós escapa que o Governo vem timbrando, nestes últimos dias, na prática de atos politicamente arbitrários, na tentativa de que nós esqueçamos — o que não vai ocorrer, nem está ocorrendo — do outro fato extremamente grave por ele praticado: a venda da Fábrica Nacional de Motores. Em verdade, o Governo está insistindo nesses abusos de caráter político, na presunção de que os políticos e o povo esqueçam o ato de dissipação de interesse público e de desrespeito às nossas atividades econômicas que acabou de praticar, com a venda irregular da Fábrica Nacional de Motores.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex.^a como que tira o véu para descobrir os propósitos de uma imagem. A impressão que se tem é de que o confi-

namento de Jânio Quadros foi uma atitude diversionista para que o povo seja levado a pensar, apenas, no confinamento de um homem, e que o povo do Rio Grande do Sul seja levado a pensar apenas na injustiça cometida contra alguns de seus líderes políticos, que haviam tido os seus direitos políticos cassados, desviando a sua atenção desses gravíssimos problemas, que trazem implicações terríveis ao desenvolvimento do País, em todas suas áreas.

Não sei se se notam os avanços e recuos, as afirmativas e as negativas, as negações, a venda da Fábrica Nacional de Motores e, no mesmo momento, a demissão do Presidente do IBRA. Eu quase que pediria desculpas à Taquigrafia por estar me estendendo mais um pouco. Seria o único grupo a reclamar; ninguém mais tem prejuízo. Inclusive, no Parlamento livre, é assim: fica quem quer, ouve quem quer, fala quem deseja, dentro das normas traçadas. Mas, provocado pelo grande aparte do Senador Josaphat Marinho, sou levado a comentar as declarações do Engenheiro e Professor Cantanhede, que foi demitido do IBRA, dando a impressão de que a demissão fora feita, por irregularidades cometidas durante sua administração. Provocaram um membro de uma família, que pode ter cometido erros neste País, mas, até que me provem o contrário, não os da desonestidade. A família Cantanhede, até que me provem o contrário — eu teria que ler e reler as provas que me fossem apresentadas — é uma família de varões honestos. E o engenheiro Cantanhede, o professor Cantanhede, vem aos jornais e declara que o Ministro da Agricultura favorece grupos do Paraná. O Sr. Arzua é acusado pelo Sr. César Cantanhede de fazer o jogo dos interessados em recuperar as terras do Oeste do Paraná.

Quem não se lembra do grande escândalo, que alarmou e preocupou a Nação brasileira, das terras do Norte do Paraná? Quem não se lembra da grande luta desse Senador paranaense, que é o ex-Governador Ney Braga, para moralizar as operações de compra e venda, assalto ao patrimônio do Estado, de terras ubérrimas do Paraná?

César Cantanhede acusa o Ministro Arzua de fazer o jogo dos interessados em recuperar as terras do Estado do Paraná, o que teria motivado seu afastamento, porquanto o Supremo Tribunal Federal garantira à União a posse daquelas terras. Fala em jogo de grupos poderosos, fala no escândalo do pinho e apresenta os interessados no seu afastamento.

O Senador Josaphat Marinho tocou, com o dedo da sua inteligência, na ferida.

Porque há tanta inabilidade no confinamento do Sr. Jânio Quadros e na demissão daqueles professores que somos todos levados a uma análise mais profunda do assunto. Que se tenta encobrir com esses movimentos, com essas punições fora de propósito, fora de tempo, fora de época? Sim, porque há uma Constituição. Os Atos Institucionais e Complementares foram tragados pela atual Constituição, foram aniquilados por ela. Então, o que se pretende? E o véu é levantado pelo Senador Josaphat Marinho.

Sr. Presidente, é por isso que nós dizíamos, doutra feita: a ressonância dos anseios populares se faz sentir no Congresso. É o desaguadouro. A própria imprensa falada, escrita e televisionada, quando levanta os grandes problemas, o enderêço é certo: Executivo, Legislativo. E quando a sua voz não é considerada pelo Executivo e muito menos pelo Legislativo é que muita coisa de podre — com a permissão de Shakespeare — existe, no reino da Dinamarca.

Eu, que sou um dos grandes beneficiários, pois sempre as minhas declarações são conhecidas; eu, que nada tenho que reclamar, porque só reclamaria, só protestaria e, provavelmente, só abdicaria, autocassando-me, no dia em que, no Parlamento ao qual pertencço ou pertencesse, eu não pudesse falar, uso desse direito, enquanto o tiver, para revelar, para manifestar o meu pensamento em nome dos milhares e milhares que me elegeram, em nome do povo do meu Estado político e, por extensão, em nome daqueles cidadãos, até daqueles que, tendo a tendência para ser escravos, tenho o direito de defender-lhes a liberdade, para que eles com-

preendam que, só livres, são homens; sem liberdade, aceitando a escravidão sem protesto, perderam essa qualidade; pensam que são, mas não são coisa nenhuma.

O Sr. Josaphat Marinho — Permitte-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No curso dessas advertências, estou certo de que V. Ex.^a comigo leria para o Governo esse texto, que parece esquecido, do art. 91, parágrafo único, da Constituição revolucionária:

(Lê)

“A lei especificará as áreas indispensáveis à segurança nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.”

Diante desse texto, que dizer-se a respeito da venda da Fábrica Nacional de Motores a capital estrangeiro? Tem-se a impressão de que também aí o Governo praticou um ato de confinamento: confinou uma parte da economia nacional em domínio estrangeiro.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Muito bem. E que pena, e que lástima, que isto esteja acontecendo. Nós estamos dizendo aos grupos internacionais, aos outros países, que somos incapazes, quando a verdade não é esta.

Eu, ontem, disse desta tribuna que encontrei no Amapá e em Belém do Pará uma mão-de-obra nacional — o caboclo da Amazônia — aprendendo depressa técnicas avançadas, trabalhando em fábricas e produzindo tanto quanto o melhor operário estrangeiro. Aqui mesmo, há um Senador cuja fábrica, de transformação da juta em sacaria de qualidade, visitei. Lá encontrei o caboclo da Amazônia, o filho da Amazônia trabalhando, produzindo riquezas para a grandeza do País. Visitei aquela fábrica de V. Ex.^a, Senador Pedro Carneiro, e lá senti aquela alegria de ver como há homens neste País que, enfrentando todos os riscos e todos os percalços, promovem o desenvolvimento nacional, promovem a riqueza nacional.

E enquanto homens da nossa indústria provam, à saciedade, que os nossos operários são capazes, precisavam apenas de instrução, de técnica, vem o Governo brasileiro e vende uma fábrica, a única que, na verdade, fazia concorrência àquelas que estão no Brasil, mas genuinamente brasileiras não são — e é assunto para outro debate —, vende aquela fábrica a um grupo estrangeiro que virá para o Brasil, que já está provavelmente no Brasil, que vai desenvolvê-la, dando-lhe grandes lucros como as outras empresas de fabricação de automóveis e caminhões estão dando, num desmentido formal de que é impossível que a Fábrica Nacional de Motores produza dando lucro à Nação brasileira. E esse grupo vai produzir, vai ter grandes lucros, enviando parte desses lucros para o estrangeiro e promovendo a descapitalização do nosso País com a própria mão-de-obra nacional, com o próprio operário nacional, numa confirmação de que não somos incapazes. Os nossos dirigentes é que não estão à altura do momento que vive a Nação brasileira. Nem estiveram, com raras exceções, no passado, nem estão, no presente.

Ficam, aqui dentro, essas palavras? Saem? Estão registradas aí, nos Anais do Congresso Nacional, para que a nossa consciência nos dê aquela tranquilidade de dormirmos sem que ela nos acuse.

Sr. Presidente, é tempo, ainda é tempo da pacificação da família brasileira; é tempo, ainda é tempo de uma tomada de posição do Governo, que venha ao encontro dos anseios nacionais; ainda é tempo, é tempo da formulação de uma nova política, que encontre amparo nas massas e no povo deste País.

E o nosso desejo sincero, de opositoristas, é que tais atos, tais medidas venham depressa, já, e sem adesão. Teriam todo o apoio de todos os cidadãos conscientes e esclarecidos deste País.

Desejamos muito mais do que esperamos: que a reformulação da política econômica, administrativa e social do Governo venha e chegue depressa.

Agora mesmo o líder sindical que foi preso e cuja prisão foi denuncia-

da, com protestos, pelo Senador Josaphat Marinho, com o nosso apoio, aquele líder petroleiro, Paulo Rangel Sampaio, segundo li nos jornais, encontrou amparo na lei e foi solto, comprovando-se a sua inocência, inocência proclamada da tribuna do Senado pelo Senador baiano Josaphat Marinho.

Então o que se verifica? Que há precipitação nas medidas que vêm sendo tomadas. Há maus conselheiros e há aqueles que manipulam, já quase que abertamente, o estado de exceção para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — (Fazendo soar a campanha.) — Pediria ao nobre orador...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não precisa, Sr. Presidente: já desci da tribuna. (Risos.) (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Clodomir Millet — Sebastião Archer — Petrônio Portela — Manoel Villaça — Dylton Costa — Josaphat Marinho — Péricles Pedro — Bezerra Neto — Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — A finalidade da sessão de hoje foi o início dos trabalhos do segundo período da 2.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 6.^a Legislatura.

Não há Ordem do Dia.

PROJETO QUE SE ENCONTRA NA COMISSÃO DE FINANÇAS A FIM DE RECEBER EMENDAS

PLC	Ementa	Calendário
SF	CD	
105/68	1.377/68	Concede pensões especiais a beneficiários legais de servidores falecidos em acidente com aviões da Força Aérea Brasileira na selva amazônica, e dá outras providências.
		Dias 2, 5, 6, 7 e 8 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — Está encerrada a sessão. (Encerra-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 555/68), que torne sem efeito a Resolução n.º 83, de 1967.

2

REQUERIMENTO N.º 725, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tórreres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central —, informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

3

REQUERIMENTO N.º 848, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indicações.

ATA DAS COMISSÕES

DELIBERAÇÃO DOS PRESIDENTES
DAS COMISSÕES DE PROJETOS DO
EXECUTIVO E DE FINANÇAS

Os Presidentes das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, após entendimentos com o Sr. Presidente do Senado, e tendo em vista que:

- a) o prazo para apreciação do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste por esta Casa expira no próximo dia 13 de setembro, obrigando, assim, a um perfeito entrosamento entre os diversos setores responsáveis para que não haja aprovação automática, por decurso de prazo;
- b) o projeto em questão está sujeito à norma do item III do art. 171 do Regimento Interno.

RESOLVEM:

Na apreciação do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste serão observadas as normas estabelecidas na presente Deliberação:

1) CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO:

- | | | |
|------------------------------|---|--|
| Até o dia 6 de agosto | — | apresentação às Comissões dos pareceres prévios. |
| 7 de agosto | — | publicação dos pareceres prévios. inclusão na Ordem do Dia para discussão e apresentação de emendas, na forma do art. 226, do Regimento Interno. |
| 9 de agosto | — | apresentação às Comissões dos pareceres finais sobre a proposição e emendas. |
| Até o dia 22 de agosto | — | publicação dos pareceres. |
| 23 de agosto | — | inclusão na Ordem do Dia para votação. |
| 26 de agosto | — | tacção. |
- 2) Os Senadores poderão apresentar emendas desde o dia 1.º até o encerramento da sessão ordinária do dia 9 de agosto.
 - 3) As emendas serão obrigatoriamente datilografadas em 5 (cinco) vias, em formulário próprio distribuído pela Diretoria da Assessoria Legislativa. Cada emenda versará sobre um só objetivo e deverá estar devidamente justificada e assinada pelo Senador nas 5 vias.
 - 4) As emendas serão apresentadas mediante protocolo no Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa, no 10.º andar do Edifício anexo — no horário de 8 às 24 horas.
- Brasília, 1.º de agosto de 1968. —
Senador Paulo Tórrres, em exercício da Presidência da Comissão de Projetos do Executivo — Senador Arge-miro de Figueiredo, Presidente da Comissão de Finanças.

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rul Palmeira (ARENA — AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA — MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA — RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA — RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB — SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
 Vice-Líderes
 Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portela (PI)
 Manoel Villaga (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO M.D.B.

Líder — Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes
 Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
 Arnon de Melo
 Domicio Gondim
 Paulo Tôrres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE
 José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

M.D.B.

Nogueira da Gama
 José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
 Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE
 Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

M.D.B.

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mello Braga
 Arnon de Melo
 Atílio Fontana

SUPLENTE
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

M.D.B.

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Clodomir Millet

SUPLENTE
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Melo
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolpho Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

M.D.B.

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi
 Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
 Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE
 Benedicto Valladares
 Mello Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolpho Franco

M.D.B.

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.
 Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Siegfredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

M.D.B.

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

José Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Siegfredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

M.D.B.

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E
CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E
POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

M.D.B.

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente:

ARENA

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

M.D.B.

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

M.D.B.

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA**TITULARES**

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

M.D.B.

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA**TITULARES**

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

M.D.B.

Josaphat Marinho
José Ermirio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

M.D.B.

José Ermirio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — R/235.
Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

M.D.B.

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M.D.B.

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaza

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaza
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

M.D.B.

Adalberto Sena
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/241.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaza
Mário Braga

M.D.B.

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

M.D.B.

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaza

M.D.B.

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - DF

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCr\$ 0,20